

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Caio Santana Nascimento  
Manoel Pinheiro Cavalcante  
Vaumik Ribeiro da Silva

**Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR  
Análise do desempenho do Programa no Ceará de 2009 a 2014.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para obtenção do certificado de  
conclusão do Curso de Especialização em Gestão  
Estratégica de Políticas Públicas.

Monitor: Rafael Balseiro Zin

**São Paulo  
Março de 2015**

### **1.1- INTEGRANTES DA EQUIPE:**

Caio Santana Nascimento

Manoel Pinheiro Cavalcante

Vaumik Ribeiro da Silva.

### **1.2- PROBLEMA ESCOLHIDO:**

**Construção, somente, de 2000 UH do PNHR, no Ceará, até o final de 2014.**

### **1.3 ATOR: SECRETÁRIA DAS CIDADES DO ESTADO DO CEARÁ**

1.4 DESCRITOR: d1 = déficit de 55.186 unidades habitacionais rurais – no Ceará. em 2010, conforme dados do IBGE.

### **1.5 JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DO PROBLEMA**

O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, objetiva a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, reduzindo o déficit habitacional rural.

O PNHR é inovador, pois pela primeira vez no Brasil, o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais e municipais e, também de entidades da sociedade civil, realizam um projeto de habitação popular rural, voltado para enfrentar o déficit habitacional rural que, no Brasil alcança o número de 1.055.163 unidades habitacionais, e no Ceará, nosso caso em estudo, o déficit é de 55.186 unidades habitacionais – conforme dados do IBGE censo demográfico de 2010, sendo que, até o final de 2014, apenas 2000 unidades habitacionais – UH, foram construídas no Ceará, revelando um baixo desempenho do Programa.

Convém destacar que, na implementação do PNHR, é necessária a apresentação de um Projeto de Trabalho Social – PTS, em habitação com um conjunto de ações inclusivas, de caráter sócio-educativas, voltadas para o fortalecimento da autonomia das

famílias, sua inclusão produtiva e participação cidadã, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos.

O PTS é elaborado a partir da formação do grupo de beneficiários proponentes e com a participação deles. Cada grupo terá um Projeto de Trabalho Social específico, elaborado a partir do estudo e diagnóstico das características familiares e do município.

O PTS deve contemplar ações em relação:

**a) Organização Comunitária** - relações sociais, direitos do cidadão e participação na comunidade considerando a mulher como sujeito de direito, o idoso, a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, convivência familiar e vizinhança;

**b) Educação Ambiental e para a Saúde** - impacto ambiental e pegada ecológica da moradia e seu entorno, alimentação, lixo doméstico, reciclagem e limpeza da moradia e seu entorno; saúde da mulher e do homem, planejamento familiar, atividade física e obesidade, melhor idade com saúde, drogas lícitas e ilícitas;

**c) Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar;**

**d) Educação Patrimonial;**

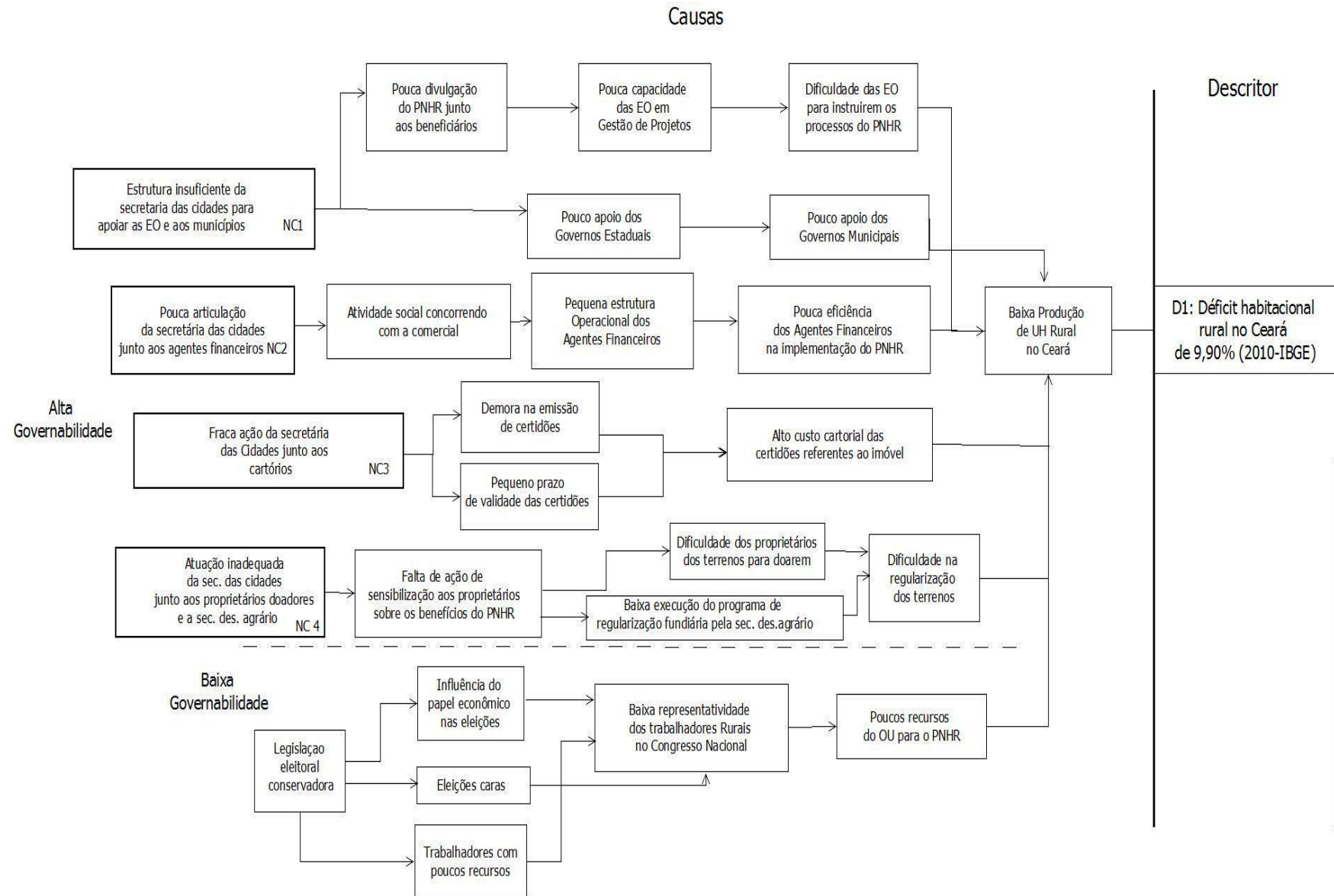
**e) Geração de Trabalho e Renda.**

Como podemos observar o PNHR impacta fortemente na melhoria das condições de vida no campo e o nosso estudo visa analisar a contribuição do PNHR para o desenvolvimento dos territórios rurais, a partir da sua implementação no Estado do Ceará, os seus avanços e, principalmente, as dificuldades para aplicação desta política social e a eventual pouca capacidade dos gestores das entidades organizadoras em conduzir este programa. O PNHR cria oportunidade para famílias rurais da agricultura familiar construir suas casas, bem como para comunidade quilombolas, extrativistas, pescadores e população ribeirinhas.

O tema foi fruto de discussão entre os componentes do grupo, e escolhido pelo seu caráter inovador, pois se trata de uma política pública que não tinha sido adotada por nenhum governo anterior, sendo uma nova lógica de inclusão dos trabalhadores rurais implementada pelos governos do PT, que envolve vários entes públicos como a Caixa

Econômica Federal, Banco do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Cidades, Estados e municípios, e ainda entidades associativas, e sindicatos de trabalhadores rurais, chamadas de Entidades Organizadoras – EO, e, logicamente, as comunidades beneficiárias.

## PONTO 2.1- FLUXOGRAMA EXPLICATIVO DA SITUAÇÃO PROBLEMA



## 2.2 ANÁLISE CONCEITUAL DOS NÓS CRÍTICOS

O PNHR é um Programa elaborado como um seguimento do Minha Casa e Minha Vida, é inovador, porém ainda não alcançou o resultado esperado no Ceará tendo vários nós críticos a serem considerados. São eles:

### **NC 1 - Estrutura Insuficiente da Secretaria Das Cidades para apoiar as EO e aos municípios.**

Atualmente, a Secretaria das Cidades do Estado do Ceará tem entre suas estratégias “conceder apoio financeiro a projetos de habitação de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal...”. Para isto o estado de Ceará oferece R\$ 3.000,00 em complemento aos R\$ 28.500,00 do Governo Federal. Além disso, o governo do Ceará, por meio do Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades do Ceará - IDECI, elaborou um projeto padrão de engenharia, que foi previamente homologado pelos agentes financeiros, facilitando esta etapa da instrução do processo para construção de unidades habitacionais. Entretanto, o PNHR ainda não logrou o êxito desejado tanto no aspecto prático como no político, pois a estrutura da Secretaria das Cidades é insuficiente para atender aos 183 municípios do Ceará, exceto Fortaleza, e as inúmeras Entidades Organizadoras EO, que atuam com baixa qualidade e baixa eficiência, pois a falta de recursos faz com que muitas entidades fiquem impedidas de apresentar os projetos junto aos agentes financeiros, inviabilizando que os trabalhadores rurais tenham acesso a essa política habitacional inovadora estabelecida nacionalmente pelo Partido dos Trabalhadores. Portanto a Secretária das Cidades precisa ser dotada de uma estrutura capaz para oferecer apoio técnico e financeiro aos municípios, e as EO para a instrução e execução dos projetos para a construção de unidades habitacionais, priorizando a substituição das casas de taipas.

**NC2- Pouca articulação da Secretária das Cidades junto aos agentes financeiros:**

Os dois agentes financeiros credenciados para atuar com ao PNHR – CAIXA e Banco do Brasil dedicam pouca prioridade ao Programa em razão da concorrência que as atividades da área comercial oferece, sendo, portanto necessário uma articulação mais efetiva da Secretaria das Cidades para que estes bancos ofereçam o suporte necessário e ágil na análise dos projetos apresentados pelas Entidades Organizadoras, fazendo com que seja uma prioridade política dos bancos a execução desta política habitacional extremamente importante e necessária para diminuir a desigualdade social nas áreas rurais do Ceará. .

**NC3- Fraca atuação da Secretária das Cidades junto aos Cartórios:**

Uma grande dificuldade existente para a implementação do PNHR refere-se aos altos valores dos serviços cartoriais que são definidas por leis estaduais, devendo a Secretaria das Cidades adotar providências visando à gratuidade das certidões, bem como, a agilidade na sua emissão pelos cartórios. Outro grande problema enfrentado é o pequeno prazo de validade das certidões fazendo com que no prazo da construção de sua casa o trabalhador tenha que pagar 2 ou 3 vezes as taxas referentes ao mesmo imóvel. Portanto, deve-se aumentar o prazo de validade da certidão, e isentar os beneficiários do PNHR do pagamento destas taxas fazendo com que o Programa alcance sua verdadeira função social.

**NC4- Atuação inadequada da Secretária das Cidades junto aos proprietários doadores e a Secretária de Desenvolvimento Agrário - SDA:**

Uma grande dificuldade enfrentada para o êxito do PNHR é a regularização dos terrenos, pois a Secretária de Desenvolvimento Agrário não concluiu a regularização de todos os terrenos rurais fazendo com que muitos dos beneficiários não tenham em mãos o registro do imóvel, documento necessário para serem contemplados com a construção de sua casa rural. Outra dificuldade é quando o proprietário do terreno se nega a autorizar a construção da unidade habitacional para o trabalhador que já mora na sua propriedade, os chamados moradores.

Portanto, a falta de interlocução muita das vezes até mesmo de um simples diálogo entre essas duas Secretárias, Secretaria das Cidades e SDA ou daquela com o proprietário da terra faz com que a população rural, que necessita ser contemplada com o Minha Casa Minha Vida Rural, não possa participar por mera burocracia desses órgãos estatais.



### **3.1 ÁRVORE DO PROBLEMA**

O Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído na gestão do Partido dos Trabalhadores, ainda não logrou o êxito desejado, pelo fato de ainda não ter conseguido realizar a transformação social desejada, ou seja, ainda não incluiu o trabalhador rural nesta importante política pública de expansão de moradia popular no campo.

As entidades organizadoras do PNHR de modo geral, encontram grandes dificuldades para execução do programa, pois muitas delas não possuem capacidade técnica e formação na gestão de projetos, nem recursos financeiros necessários para a elaboração dos referidos projetos a serem apresentados ao agente financeiro. Além disso, enfrentando dificuldade de acesso às informações sobre o Programa.

Por outro lado, a estrutura inadequada da Secretária das Cidades para apoiar na execução do PNHR, inclusive, a falta de definição desta Secretaria como responsável pelo PNHR no Ceará, gera o baixo desempenho na produção de unidades habitacionais no âmbito rural no estado do Ceará. Esta situação decorre, também, da falta de recursos financeiros e de estrutura logística necessária para que possa bem atender aos trabalhadores rurais para acesso à construção de suas residências.

Ainda outro ponto que faz com que o PNHR não esteja no patamar de sucesso necessário é no que se refere aos agentes financeiros a CAIXA e o BB, pois a estrutura operacional dessas entidades para o atendimento dos beneficiários deste direito de moradia rural é muito pequena se comparada com as estruturas voltadas para o atendimento dos clientes da área comercial. Convém citar a necessidade dos governos federal e estadual aumentarem os recursos para que os beneficiários sejam contemplados e as entidades organizadoras possam executar com responsabilidade a construção de unidades habitacionais rurais.

Outro aspecto que merece ser destacado é a pequena ação da Secretaria das Cidades junto aos cartórios, pois a demora na emissão de certidões por conta da pequena estrutura cartorial burocratizada muitas vezes atrapalha o êxito do Programa. A Secretaria das Cidades deve promover ações junto aos cartórios para agilizar a emissão das certidões nos processos ligados ao PNHR, isentando, por de iniciativa legislativo, o pagamento das taxas cartoriais, pois cabe ao Estado definir o valor dos emolumentos, e a agilização na emissão das certidões cartoriais.

Pode se considerar também que uma atuação adequada da Secretaria das Cidades junto aos proprietários das terras onde moram os beneficiários, para que eles autorizem a construção das unidades habitacionais, facilitaria a regularização dos terrenos contribuindo para o bom desempenho do Programa no Ceará. Convém salientar que, a Secretaria de Desenvolvimento Agrária do estado do Ceará é responsável, por meio de convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, pela implementação do Programa de Cadastro Georeferenciado de Imóveis Rurais e Regularização Fundiária, podendo assim agilizar sua conclusão fato que irá facilitar a comprovação da titularidade da terra pelos trabalhadores rurais.

Por todos os aspectos abordados, conclui-se o quanto é importante o fortalecimento de programas focados na habitação rural e nas políticas inclusivas para a agricultura familiar contribuindo para o crescimento social do Brasil.

Vejamos abaixo o quadro expressa árvore do problema referente às ações e resultados para aprimoramento do PNHR no Ceará.

<b>Nó crítico</b>	<b>Ações</b>	<b>Resultado das Ações</b>
<b>NC1. Estrutura Insuficiente da Secretaria Das Cidades para apoiar as EO e aos municípios.</b>	<p>A 1.1 – Dotar a Secretária das Cidades de uma estrutura administrativa e operacional adequada para apoiar os municípios e as EO na execução do PNHR, montando inclusive um departamento para avaliação e aprimoramento dos projetos elaborados pelas EO.</p> <p>A 1.2- A Secretaria das Cidades disporá de maior volume de recursos para apoiar, na execução do PNHR, os municípios e as EO.</p>	Redução do déficit habitacional rural no Ceará.

<p><b>NC 2 – Pouca articulação da Secretária das Cidades junto aos agentes financeiros.</b></p>	<p>A 2.1- A Secretária das Cidades deve promover reuniões regulares com os agentes financeiros do PNHR (CAIXA e BB) para discutir ações conjuntas com o objetivo de melhorar a gestão dos projetos do PNHR visando aumentar o número de UH construídas no Ceará.</p>	<p>Melhorar a gestão dos projetos do PNHR. Aumentar a quantidade de UH construídas no Ceará.</p>
<p><b>NC 3- Fraca atuação da Secretária das Cidades junto aos cartórios</b></p>	<p>A 3.1- Propor alteração na lei visando isenção de taxas cartoriais para beneficiários do PNHR, como ocorre à redução taxas do Minha Casa Minha Vida. A 3.2- Atuar para que os beneficiários do PNHR sejam prioritários para liberação de processo junto aos cartórios.</p>	<p>Emissão gratuita e rápida das certidões pelos cartórios.</p>
<p><b>NC 4- Atuação inadequada da Secretária das Cidades junto aos proprietários doadores e à Secretária de Desenvolvimento Agrário - SDA</b></p>	<p>A 4.1- Atuar junto à SDA para agilizar a regularização fundiária rural, fruto do convênio com Ministério de Desenvolvimento Agrário. A 4.2- Criar métodos dinâmicos e facilitadores para que os proprietários doem o lote de terra, para a construção de moradias pelo o PNHR, aos seus moradores.</p>	<p>Facilidade na regularização do terreno para construção da casa pelo PNHR.</p>

#### 4.1 PLANO DE AÇÃO PARA APRIMORAMENTO DO PNHR

**NC 1: Estrutura Insuficiente da Secretaria das Cidades para apoiar as EO e aos municípios.**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
<b>A 1.1. A Secretária das Cidades realizar cursos de capacitação em gestão de projetos para as EO e os municípios, com foco no PNHR.</b>	<p>1.1.1- Auxiliar as EO para que seus integrantes participem de cursos de capacitação na elaboração de projetos do PNHR para melhorar a qualidade e agilizar as construções das UH.</p> <p>1.1.2- Realizar curso específico para as EO sobre o PTS com noções de cidadania, de higiene, formação política e educacional para qualificação nas áreas de a produção e técnicas inovadoras socialmente ambientais.</p>	<p>Recursos financeiros,</p> <p>Recursos de Pessoal.</p>	Até o final de 2015.	Secretaria das Cidades do Estado do Ceará

<p style="text-align: center;"><b>A 1.2. A</b> <b>Secretária das</b> <b>Cidades oficinas</b> <b>de divulgação do</b> <b>PNHR</b></p>	<p style="text-align: center;">1.2.1- Divulgar nas áreas rurais mais longínquas os benefícios do PNHR e como os beneficiários podem regularizar e agilizar o processo de escritura dos seus terrenos rurais</p> <p style="text-align: center;">1.2.2- Mais estrutura midiática para que o PNHR torna-se um programa exitoso que nem o Minha Casa Minha Vida rural, divulgando em rádios comunitárias e nos cursos de formação que serão realizados pelas EO.</p>	<p>Aumentar o investimento em divulgação para incentivar mais beneficiários a participar do PNHR.</p>	<p>Até o final do ano de 2015.</p>	<p>Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.</p>
Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p><b>A 1.3</b> <b>Dotar a</b> <b>Secretaria das</b> <b>Cidades de uma</b> <b>estrutura</b> <b>administrativa e</b> <b>operacional com</b></p>	<p style="text-align: center;">1.1.3- Realizar ajuste na estrutura da Secretária das Cidades para apoiar as EO e os municípios.</p>	<p>Recursos financeiros e de pessoal.</p>	<p>Até o final de 2015.</p>	<p>Governo do Estado do Ceará</p>

capacidade efetiva para apoiar as EO e os municípios.				
---	--	--	--	--

## NC 2: Pouca articulação da secretária de cidades junto aos agentes financeiros

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
<b>A 2.1. Aumento de subsídio para os beneficiários do PNHR</b>	<p>2.1.1- Obter mais recursos para que as EO construam e reformem as casas com mais estrutura orçamentária e de pessoal.</p> <p>2.1.2- Maior participação dos agentes financeiros CEF e BB na implementação do PNHR.</p>	<p>Aumentar de R\$ 3.000,00 para R\$ 10.000,00 o valor repassado pelo estado do Ceará por unidade habitacional e a União elevar de R\$ 18.000,00 para R\$ 25.000,00 o montante destinado pelo OGU.</p>	<p>Aprovação na Assembleia Legislativa do Ceará.</p>	<p>Secretaria das Cidades do Estado do Ceará.</p>
<b>A 2.2. Maior prioridade política dos governos estaduais, municipais e agentes financeiros com foco na agricultura</b>	<p>2.2.1- Aumentar a participação dos beneficiários do PNHR nas decisões de políticas agrárias com integrantes de todas as esferas do governo e dos agentes financeiros que são os responsáveis pela</p>	<p>Aumentar os recursos para a agricultura familiar com foco nas comunidades ribeirinhas, quilombolas entre outras que estão de modo geral excluídas das</p>	<p>Aprovar na assembleia legislativa do estado do Ceará a secretária de agricultura familiar visando fortalecer os</p>	<p>Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará</p>

<b>familiar.</b>	liberação do recurso. 2.2.2- Criar conselhos para que as entidades sindicatos possam participar das decisões governamentais com foco na agricultura familiar.	decisões governamentais.	pequenos produtores rurais.	
------------------	--	--------------------------	-----------------------------	--

### NC 3: Fraca atuação da Secretária das Cidades junto aos cartórios

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsável</b>
<b>A 3.1. ISENÇÃO DE TAXAS CARTORIAIS PARA BENEFICIÁRIOS DO PNHR</b>	3.1.1- Solução para o não interesse dos agricultores familiares em participar do PNHR, e o estado exigir função social dos cartórios. 3.1.2- Governo mais próximo da população, e mais proximidade com as dificuldades dos trabalhadores rurais referente à regularização de terrenos rurais.	Nenhuma lei estadual específica que trata sobre o assunto.	Aprovação na Assembleia Legislativa do Ceará	Secretária de estado das Cidades
<b>A 3.2. EMISSÃO DE CERTIDÃO MAIS CELERES</b>	3.2.1- Exigir que as certidões liberadas a população carente rural tenha prioridade para	Necessita-se de aprovação na	Estipular para que no prazo de 10 dias	Secretaria de cidades do estado do Ceará

	liberação. 3.2.2- maior prazo de validade das certidões.	Assembleia Legislativa do Ceará	libere-se certidão para os trabalhadores beneficiários do PNHHR.	
--	---	---------------------------------	--	--

**NC4- Atuação inadequada da Secretária das Cidades junto aos proprietários doadores e a Secretária de Desenvolvimento Agrário - SDA:**

<b>Ação</b>	<b>Tarefas</b>	<b>Recursos Necessários</b>	<b>Prazos</b>	<b>Responsáveis</b>
<b>A.4.1- ATUAR JUNTO À S.D.A. PARA CONCLUIR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.</b>	4.2 – Realizar acordo de gestão para que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário conclua a regularização fundiária no Ceará.	Os recursos financeiros estão disponibilizados em razão do convênio com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.	Imediato: a realização do acordo de gestão; Até o final de 2015 para a conclusão da regularização fundiária.	Secretaria das Cidades e S.D.A.
<b>A.4.2 – DESENVOLVER CAMPANHA DE JUNTO AOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS PARA DOAREM OS LOTES.</b>	4.2.1 – Realizar reuniões com os Sindicatos dos Proprietários Rurais para tratar da solução mediante esclarecimento da importância deste Programa para o	Recursos financeiros para mobilizar as reuniões.	Durante o primeiro semestre de 2015.	Secretaria das Cidades.



	Desenvolvimento local.			

Conforme vimos nos quadros acima notamos que as políticas públicas de moradia habitacional rural estão em uma fase de aprimoramento cada vez maior em nosso país. No Ceará os nós críticos mais visíveis que justificam o fato de que “apenas 2000 unidades habitacionais tenha sido construídas até o final de 2014” são: i) a inadequada estrutura das EO, dos municípios e do estado, ii) a pouca articulação da Secretaria das Cidades junto aos agentes financeiros; iii) e a fraca atuação junto aos cartórios. .

É importante para o sucesso do PNHR uma melhor formação dos gestores que executam a habitação rural, pois encontramos muitas dificuldades, principalmente, em relação à instrução dos processos pelas entidades organizadoras. A Secretaria das Cidades deve investir na formação e capacitação dos gestores das EO e dos Municípios. Os gestores das entidades organizadoras, da União, do Estado e dos Municípios devem realizar um amplo processo de divulgação do PNHR, com a coordenação da Secretaria das Cidades, com o objetivo de aumentar o número de famílias contempladas com a construção da sua unidade habitacional rural.

A estrutura inadequada da Secretaria das Cidades do Estado Ceará, prejudica o sucesso do PNHR, portanto o estado do Ceará deve aumentar os recursos destinados para este Programa.

Os agentes financeiros responsáveis pela análise dos projetos para liberação dos recursos do PNHR ainda atuam de modo tímido, pois priorizam as operações comerciais em razão do maior retorno financeiro. Isto ocorre, principalmente, no Banco do Brasil que adota um atendimento descentralizado de recebimento nas agências – com pouco pessoal e pouca informação, a etapa de análise e aprovação é centralizada fora do Ceará situação que atrasa a conclusão dos processos. Outro grande problema enfrentado pelo PNHR é a fraca ação da Secretaria das Cidades junto aos cartórios, que cobram altas taxas cartoriais e acaba inibindo muito os possíveis interessados a participar. Portanto o Governo Federal, o estado do Ceará por meio da Secretaria das Cidades deve chamar para si a responsabilidade e isentar a população rural do pagamento destas taxas. O prazo de entrega tem que ser agilizado para que o PNHR logre o êxito esperado.

Outro ponto a destacar é, para que PNHR tem o sucesso esperado, necessário de faz que os grandes fazendeiros e empresários rurais possam contribuir facilitando a regularização dos terrenos por meio da autorização de construção das casas para os moram em suas terras, viabilizando a construção de casas, e assegurando a melhoria das condições de vida das famílias no campo.

## 5.1 ANÁLISE DOS ATORES QUE DE ALGUMA FORMA PARTICIPAM DO PNHR

### Ação 1.1- Aumentar a estrutura financeira e de pessoal da secretária das cidades para aprimoramento do PNHR

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
<b>A1</b> <b>Secretaria das Cidades do Estado do Ceará</b>	3 mil reais por unidade habitacional mais a gestão do projeto do PNHR	Pouco interesse para que o PNHR resulte em melhor resultado	Aumentando o investimento por unidade habitacional e aproximando o trabalhador rural com o governo com aumento da estrutura da secretária.	Já está prejudicando, pois o volume dos recursos destinados é insuficiente para o sucesso do programa habitacional, pois a estrutura da secretária de cidades mostra que o estado não tem prioridade política em relação ao PNHR.	Mais cursos de capacitação para gestores e instituir conselhos municipais e estaduais de beneficiários do PNHR
<b>A2-CAIXA</b>	A CAIXA via OGU	Como agente financeiro do	Liberar mais volume	Diminuindo recursos e	Formação e maior interesse político

	destina 900 milhões ano para o PNHR	PNHR a CAIXA precisa estar mais próxima e atuar conjuntamente com os municípios para melhor atender as demandas da população rural	financeiro para o PNHR, e praticar maior propaganda junto aos beneficiários .	não investindo em capacitação de profissionais para atuar junto ao PNHR	para que os beneficiários estejam interessados a atuar no PNHR
<b>A3- Entidades Operadoras do PNHR</b>	18 mil reais destinado pelo Gov. Federal para construção e reforma de unidades habitacionais rurais mais R\$ 3.000,00 do Gov. Ceará.	Como executor com status de empresa as entidades de modo geral não obtém lucro devido ao pouco capital financeiro destinado ao PNHR e as dificuldades encontradas na locomoção por estar em comunidades longínquas.	As entidades com mais formação inclusive política para os beneficiários do PNHR, também com a geração de emprego e renda para execução do programa.	Deixando as obras paradas má gestão de recursos destinados ao PNHR e com obras superfaturadas e desvio de recursos se não for bem fiscalizado	O Est. e governo federal devem fiscalizar/investigar se o dinheiro que são dos cofres públicos está indo para o devido fim a excluir as entidades que cometem ilícitos
...					

**Ação 1.2- aumentar a divulgação do PNHR no Ceará**

Ator	Recursos que controla	Limitações/Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
<b>A1-SECOM/CE</b>	Todas as verbas relativas à propaganda institucional do estado do Ceará	Não tem foco na agricultura familiar, pois a maioria das verbas é de propagandas de órgãos estaduais nas grandes redes de rádio e TV.	Investindo em peças publicitárias de esclarecimento para os beneficiários do PNHR principalmente em rádios comunitárias alternativas para criar a cultura do trabalhador rural de sair da lógica das grandes mídias televisivas.	Não tendo um plano de mídia voltado para o esclarecimento da população humilde rural	A secretária de comunicação dialogar com os responsáveis pela execução do PNHR para melhorar a divulgação do programa e também com as entidades representativas dos trabalhadores rurais.
<b>A2-Entidades Operadoras -EO</b>	Controla os recursos destinados do Gov. Federal e do Gov. Estado do	Possui limitação de orçamento, pois os recursos destinados pelos governos federal e estadual não são suficientes	Com a aproximação que as entidades possuem com os beneficiários	Prejudica se as pessoas responsáveis pela execução do PNHR não tiverem os esclarecimento	Mais recursos voltados para cartilhas revistas explicativas de fácil manuseio para

	Ceará.	para que as entidades possam divulgar o programa ficando limitada apenas a construção e reforma de casas rurais.	podem atuar como instrumento de divulgação e esclarecimento lançando cartilhas que auxiliariam a população rural	s e formação necessária para divulgar o projeto habitacional rural para as pessoas interessadas em participar	que a população rural menos esclarecida seja contemplada pelo programa
<b>A3- Agentes financeiros CAIXA e BB</b>	São agentes financeiros que liberam recursos para a execução PNHR	Dificuldade política para priorizar a divulgação institucional do PNHR	Aumentando a prioridade política para publicidade nos meios de comunicação do PNHR	Diminuindo os recursos voltados para o PNHR e não investindo em divulgação na área de publicidade	Investindo na mídia televisiva ou em suas agências com funcionários qualificados para esclarecer o funcionamento do PNHR.

### 6.1 ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES:

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
<p><b>1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?</b></p>	<p>Logicamente, todas as mudanças sempre vão ter opiniões favoráveis e contrárias, mas o que deve preponderar é a organização popular, ou seja, no caso estudado o trabalhador rural deve ser o foco principal. Portanto, os sindicatos, as cooperativas e entidades sociais devem defender e participar também do aprimoramento do PNHR. Tomamos como exemplo os cartórios que logicamente serão contra a isenção de taxas cartoriais, mas o estado deve enfrentar, pois a propriedade deve ter a sua função social estabelecida, pois na própria CF/88 diz que: o estado deve tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual na medida de sua desigualdade, logo deve focar o seu governo principalmente no trabalhador rural familiar que é onde sai mais de 70 por cento dos alimentos consumidos em nosso país, e que não tem o mesmo reconhecimento e salários compatíveis com sua importância, pois a grande mídia faz com que pensamos que os grandes produtores rurais são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento econômico de nosso país.</p>
<p><b>2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</b></p>	<p>O PNHR, que é um programa voltado a reduzir o déficit habitacional da população rural e continuará tendo como grande adversário os grandes fazendeiros e latifundiários que não desejam que o pobre trabalhador rural evolua e produza em sua própria terra, porém o sistema político foi elaborado por eles haja vista que da atual legislatura no CN tem apenas 7 deputados ligados à agricultura familiar e</p>

	<p>mais de 170 ligados ao agronegócio então qualquer medida que seja voltada para enfrentar as desigualdades sociais no campo será palco de várias batalhas, nas Assembleias legislativas no CN e até mesmo dentro do governo federal, porém se os trabalhadores rurais se organizarem e pressionarem com certeza terão os avanços que almejamos para um país mais justo onde o trabalhador rural seja valorizado e respeitado.</p>
<p><b>3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</b></p>	<p>O principal desafio do trabalho realizado é o da estrutura da Secretaria das Cidades do estado do Ceará que é pequena, e o governo que está começando agora em 2015, do PT, deve focar no aprimoramento do PNHR, pois só assim iremos priorizar um das bandeiras construídas nos 35 anos de história do Partido dos Trabalhadores, que é a da igualdade no campo. Logo se não houver prioridade política estrutura orçamentária e de pessoal continuará o programa habitacional rural, de tanta importância, sendo deixado de lado pelos políticos e gestores cearenses, e conseqüentemente não será diminuído o grande déficit habitacional existente.</p>
<p><b>4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?</b></p>	<p>Primeiramente a Secretaria das Cidades com apoio político do governo do Ceará deve criar um conselho com integrantes do governo, entidades operadoras, agentes financeiros e sindicatos de trabalhadores rurais para elaborar uma ação política conjunta com foco no aprimoramento do PNHR, depois fornecer cursos de capacitação para as entidades operadoras, pois além de focar apenas nos beneficiários devem-se ter cursos de produção alimentícia noções de higiene aos trabalhadores do campo e inclusive estudo com formação profissional. E por último aumentar os recursos financeiros para que mais entidades queiram executar o PNHR, o que acabaria por minimizar de forma mais rápida o problema do grande</p>



	déficit habitacional rural no Ceará.
<b>5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</b>	<p>Atualmente os recursos financeiros disponibilizados tanto pelos governos Federal e Estadual, são insuficientes para que o PNHR obtenha o êxito almejado, pois devido à distância muita das vezes obras em lugares mais longínquos em comunidades ribeirinhas e quilombolas faz com que a logística fique muito cara o que acaba por causar o baixo interesse das entidades operadoras em executar a construção de casas rurais, pois em muitos casos pesquisados há relatos de obras paradas no meio do caminho por não ter mais os recursos financeiros causando um prejuízo muito maior ao trabalhador rural por tanto o governo estadual deve passar um pente fino nas entidades que não são serias e excluir do programa e do apoio e suporte inclusive financeiros as entidades idôneas exigindo resultados e qualificação aos trabalhadores rurais que tanto necessitam.</p>

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, onde a classe trabalhadora rural foi, e ainda, é oprimido pelos poderosos do agronegócio, o PNHR surge como uma alternativa viável para amenizar o sofrimento das pessoas humildes que necessitam de uma moradia digna e humanizada.

A Secretaria das Cidades que é a responsável no âmbito estado do Ceará para tocar o PNHR possui uma inadequada e pequena estrutura financeira para agir operacional e politicamente, mas o estado deve assumir sua responsabilidade e fazer com que o projeto de habitação rural seja prioridade política governamental, pois há muito que se fazer, e é comum vermos muitos moradores rurais que vivem em casas de taipa sujeitos a várias doenças, principalmente, a transmitida pelo mosquito barbeiro, resultando em mortes no meio rural por falta de ação dos gestores públicos e sociais responsáveis.

O projeto de habitação rural implantado pelo Partido dos Trabalhadores na esfera federal sem dúvida nenhuma é inovador tanto do ponto de vista político quanto social, porém enfrentam grandes rejeições também, pois muitos deputados, senadores e até mesmo ministros são ligados ao agronegócio, agindo o tempo todo contra os trabalhadores rurais, portanto os sindicatos, cooperativas e entidades representantes dos mais pobres no campo devem se mobilizar mais e exigir que os governos executem e forneçam a estrutura adequada para redução do grande déficit habitacional existente em nosso país.

Além disso, as entidades operadoras do PNHR devem passar por um grande processo de formação e capacitação de gestores, pois são os responsáveis pela construção das moradias rurais, mas devem ter um papel social bem maior que não deve ficar restrito apenas a questões burocráticas, mas sim também qualificação profissional, noções básicas de higiene e tecnologias baratas para pequena produção, mas para que isso aconteça deve haver uma ação articulada entre a Secretaria das Cidades as EO e os agentes financeiros CAIXA e BB, estes últimos destinando mais apoio logístico para o êxito deste grande e inovador projeto de moradia rural.

Por último deve-se ressaltar a Fundação Perseu Abramo, pois nós dirigentes e militantes do Partido dos Trabalhadores estávamos precisando deste modelo de curso de formação em gestão pública para nos devidos espaços ocupados tentar

melhorar os procedimentos e qualificar a gestão em todas as esferas do governo, pois o PT por muito tempo focou em disputar espaços de governo mais não se preocupou em qualificar seus quadros por tanto uma iniciativa desta é riquíssima para todos que de alguma forma sonham com um país mais igualitário e mais sustentável para as próximas gerações.

## 8. BIBLIOGRAFIA

CEARÁ. "Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR", Ministério das Cidades Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7615--minha-casa-minha-vida-construira-113-unidades-habitacionais-em-massape>. Acesso em Março de 2015

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. *Gestão Estratégica em Políticas Públicas*. Campinas: Alínea, 2013.

BRASIL. "Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR", Brasília, 2014.

BRASIL. Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR", Ministério das Cidades Brasília, 2014.

BRASIL. Minha Casa, Minha Vida. Caixa Econômica Federal. Disponível em: [http://www1.caixa.gov.br/gov/gov\\_social/municipal/assistencia\\_tecnica/produtos/repasse\\_s/pnhr\\_ogu/index.asp](http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/assistencia_tecnica/produtos/repasse_s/pnhr_ogu/index.asp). Acesso em Março de 2015

REVISTA. Gestão Pública em Foco. Disponível em: [http://www.gestaopublicaemfoco.com.br/files/Unidade\\_3Planejamento\\_Estrategico.pdf](http://www.gestaopublicaemfoco.com.br/files/Unidade_3Planejamento_Estrategico.pdf). Acesso em Março de 2015.